

## DOURO PAÍS VINHATEIRO

(Da produção ao comércio. Algumas considerações)\*

por **Aurélio de Oliveira**  
(Faculdade de Letras do Porto)

Falar do Douro é invariavelmente considerar a cultura que desde há séculos aí se tornou predominante — a vinha. E como esta cultura, a partir do século XVI e principalmente inícios do XVII, se ligou então fundamentalmente às solicitações de um mercado extra-regional e até internacional, falar da cultura da vinha tem sido, sobretudo, falar do comércio dos vinhos e das suas vicissitudes. Comércio que, na verdade, tem dominado desde então toda a bacia do Douro. Estamos, pois, perante uma actividade que — a partir essencialmente daquelas balizas — se

---

\* O presente texto foi apresentado no segundo semestre de 1987 (em Novembro) no Colóquio sobre Vinhos, que a Fundação Eng.º António de Almeida então organizou. Continuando por editar as Actas desse Colóquio, achamos por bem, apesar dos anos que o texto já leva, dá-lo à luz nas páginas da Revista da Faculdade de Letras. Não alteramos, entretanto o texto, apesar de, na devida altura, anotarmos dois ou três trabalhos entretanto surgidos: um directamente sobre a região duriense, outro, mais colateral sobre a cidade do Porto. Em nada, porém, achamos motivo que levasse a alterações no texto sucinto que foi apresentado no referido Colóquio.

Porto, 31 de Dezembro de 1993.

voltou principalmente para a satisfação das solicitações providas de áreas exteriores. Estamos, por conseguinte também, desde muito cedo, perante um fenómeno precoce no âmbito do sector básico: uma produção em função principalmente de um mercado. Aspecto esse, à partida, portador de factores de inovação, de mudança e de progresso técnico e material.

Em parte alguma de Portugal se estabeleceu tamanha simbiose entre a Terra e o Homem e entre o Homem e a Terra como no País do Douro. Aglutinação profunda que os comprometeu indelevelmente num único e idêntico destino para o bem e para o mal. A vinha e os vinhos subjugaram as terras do Douro e as suas gentes.

Pode dizer-se que no panorama da actividade agrícola (e comercial) portuguesa, nenhuma outra região, nenhuma outra cultura ou produto despertaram até hoje tantos estudos e trabalhos quer de carácter histórico quer técnico<sup>1</sup>.

Não admira, pois, que esta seja a região e este o produto, até hoje melhor conhecidos e melhor estudados ainda que, mais este que aquela. O peso com que os vinhos rapidamente se impuseram nos valores quer relativos quer absolutos das exportações portuguesas, logo desde o início do seu reinado — a partir do último vinténio do século XVII, foi o factor que para isso mais contribuiu.

Reinado histórico que, para nós, se situa decisivamente desde o primeiro quarto do século XVII. Em 1625, conforme confissão expressa da edilidade portuense, era já então o produto que mais grossas somas de dinheiro envolvia na cidade do Porto (sendo já então na sua esmagadora maioria da produção de todo o vale. É possível que para os tempos anteriores, idêntica realidade se possa aceitar à luz de algumas referências esporádicas, que não, infelizmente, de estudos devidamente fundamentados. E, pouco depois — 1640-1648 — se referirá a forte concentração do seu trato em mãos de um reduzido mas poderoso grupo de comerciantes: nacionais alguns, mas a maioria estrangeiros que, a partir daí, aliás, passava a dominar todo o restante comércio<sup>2</sup>. Essa constante mantém-se pela segunda metade de seiscentos.

«A partir do terceiro quartel do século XVII a exportação do vinho do Porto deveria representar entre metade e 2/3 de toda a produção

---

<sup>1</sup> Por ser a sistematização bibliográfica mais longa que conhecemos até 1945. Cf. «Anais do Instituto do Vinho do Porto», Porto 1945.

<sup>2</sup> Livro de Vereações da Câmara Municipal do Porto; N.º 45 p. 276; N.º 51 p. 158-160.

<sup>3</sup> A. de C. *Vinho*, «Dic. Hist. Portugal», Vol. IV, Iniciativas Editoriais / Figueirinhas. Porto, 1971, p. 316.

vinícola nacional»<sup>3</sup>. Nos inícios do séc. XVIII os valores atingiram a elevada soma dos 2.800.000 cruzados. Em cima de uma época crítica para a sorte do país duriense e da sua cultura (1821-1822) dizia-se, por seu turno, com clareza — consubstanciando toda a realidade anterior mas também com a acertada previsão de que iria continuar a acontecer: «Tenho concebido que o comércio dos vinhos em Portugal é a mais poderosa coluna sobre que se sustenta a nação portuguesa e que são os vinhos, o nosso ouro e a nossa maior riqueza sem a qual pouco ou nada podia prosperar a nação»<sup>4</sup>. As vicissitudes, algumas bem graves, durante o século XIX continuaram sublinhando essa «tirania» económica e social. A quando da polémica sobre extinção ou não extinção da Companhia dos Vinhos se reconhecia em 1863 «...problema que envolve a subsistência de mais de 25.000 famílias da região Duriense; cerca de 1/3 do valor de todas as nossas exportações reunidas; cerca de 4/5 da totalidade dos direitos de exportação cobrados pelas alfândegas portuguesas durante muito tempo; o desenvolvimento comercial da segunda cidade do país, cuja importância e vida activa dependiam essencialmente do Vale do Douro e dos seus vinhos que chegaram a atingir cifras astronómicas em valor, ao serem negociados em Inglaterra — onde, por sua vez, se sustentava deles um intenso formigueiro de activos comerciantes, empresas de transportes, etc., etc.»<sup>5</sup>. Ao abrir o último quarto do século, noutra período difícil para o sector, referia por sua vez Elvino de Brito: «A cultura da vinha (e a do Douro em particular) ocupa hoje a principal parte da actividade e da riqueza nacional». No cômputo global das exportações, contabilizavam eles (os vinhos) uns 63% em 1886, uns 53,5% em 1887, uns 54,5% em 1888<sup>6</sup>.

Para o século XX, onde uma industrialização poderia, à primeira vista, ter invertido a situação, a constante mantém-se: ao fechar os primeiros 25 anos os vinhos pesavam com mais de 50% no total das exportações. E o Vinho do Porto em 1983, somava, só à sua conta, uma cifra record de uns 10 milhões de contos!

Tão avultados interesses praticamente desde o início da sua comercialização, haveriam, naturalmente de, ao longo dos tempos, despertar o mais variado tipo de estudos, comentários, descrições, memórias. Trabalhos, aliás, que não saíram apenas da parte portuguesa, directa ou indirectamente interessada nos vinhos. Os ingleses — como outra das partes profundamente envolvida «no negócio» — incluindo o

---

<sup>4</sup> *Memória em que se contém algumas reflexões*. Porto, 1822.

<sup>5</sup> Guerra Tenreiro. *Douro — Esboços da sua História*. Porto, 1942.

<sup>6</sup> Elvino de Brito. *A Propósito da Crise Vinícola. Memórias e Documentos*. Lisboa, Imp. Nacional. 1889, p. 69-71.

próprio governo britânico muito mais que o próprio governo português<sup>7</sup>. (Nos inícios do século XIX, as somas arrecadadas por aquele, ascenderiam a mais de um milhão de esterlinos) — para além de outros enormes contributos de carácter indirecto: mas de peso final igualmente muito considerável<sup>8</sup>.

As vezes que este problema subiu ao Parlamento Britânico e as discussões por vezes acaloradas que ali motivou, levaria até a pensar que se tratou quase sempre, essencialmente mais de um problema britânico que nacional<sup>9</sup>.

Apesar do volume considerável desses estudos — alguns de inegável qualidade e valor<sup>10</sup> — não dispomos ainda de uma história global e sistemática dos vinhos durienses<sup>11</sup>. Uma história económica mas que o seja também social e antropológica dado que a esmagadora maioria — e salvo raras excepções — tem mais um pendor polémico fruto de análises apaixonadas, ora tácitas, ora claramente expressas e normalmente emitidas ou produzidas a quando dos grandes momentos de crise, das medidas de carácter legislativo ou administrativo propostas ou impostas ao País duriense ou à comercialização dos seus vinhos. Isto é, quase sempre atinentes a um sector — o terminal — da economia vinhateira. Mais raramente quanto à produção, mais raramente ainda respeitante à componente humana que tem envolvido<sup>12</sup>.

---

<sup>7</sup> *Cartas dirigidas do Conde Grey por Guilherme Walton*. Lisboa, 1832, p. 141.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 155-167.

<sup>9</sup> *Cartas dirigidas do Conde Grey por Guilherme Walton*. Lisboa, 1832, p. 144, 155, 157.

<sup>10</sup> Veja-se por exemplo os de A. Guerra Terreiro.

<sup>11</sup> Como ao contrário aparece para outras regiões vinhateiras. Cf. v. g. Georges Durant — *Vin, vigne et vigneron en Lyonnais et Beaujolais. XVI-XVII siècles*. Lyon (C.H.S.S.) 1979. Roger Déon, *Histoire de la vigne et du vin en France des Origines du XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris, 1977. A devassa de 1771-75 recentemente publicada (em 1983) ainda que peça importante para o conhecimento da realidade duriense ao redor daquelas datas — atestando uma realidade que datará de meados do século — não cobre nem colmata essas lacunas. (Cf. *Devassa a que mandou proceder Sua Magestade no Território do Alto Douro pelo Dezesembargador António de Mesquita e Moura (1771-1775)*. Organização de António Braz de Oliveira e Maria José Marinho e apresentação de António Barreto. B. N. Lisboa. Série Documental, 1983.

<sup>12</sup> *Uma resenha bibliográfica* — já extensa, era publicada em 1945 nos «*Anais do Instituto do Vinho do Porto*». Porto, 1945.

Mas daí até à actualidade, numerosos outros trabalhos têm vindo a ser publicados, Remetemos para essa bibliografia.

Entre esses trabalhos recentes, são de assinalar os de Gaspar Manuel Martins Pereira, o qual recentemente, se vem dedicando ao estudo da Região duriense, tendo desde 1988, dado já à luz vários estudos, sobre a economia e a sociedade do Douro. Remetemos para esse autor e bibliografia mais recentemente utilizada.

À partida uma arrumação relativamente simples se poderá fazer dessa produção, dado o seu carácter mais genérico — e a partir das posições declaradas ou veladamente assumidas a propósito daquelas medidas, ou daqueles momentos mais decisivos. Assim, pró ou contra o Tratado de Methwen em 1703; pró ou contra a instituição da Companhia em 1756; pró ou contra a política pombalina; pró ou contra as medidas liberalizantes após o afastamento de Pombal; pró ou contra o Tratado de 1810; pró ou contra o restabelecimento da Companhia durante o século XIX; pró ou contra as medidas de João Franco em 1907/1908, ou as normas corporativistas impostas a partir de 1932/33. E assim por diante.

Por outro lado, a grande constante e o principal ponto de referência e agente balizador da história do País Duriense — tem sido sistematicamente o caudal de exportação que saía pelas bocas do Douro. Todavia, a contemplação mesmo que não totalmente desapaixonada daqueles grandes e decisivos momentos e desse elemento indicador — que é o volume de exportação, nunca escusará, e em primeira instância, o conhecimento prévio, ou simultâneo, de outras realidades subjacentes que não raro tendem a sugerir e a mostrar comportamentos diversos. Assim a implantação e difusão da cultura (e não só no período posterior a 1703); o comportamento real da produção vinícola. Depois, a comercialização. Ainda, também, a consideração da paisagem humana, estratos e caudais demográficos envolvidos e sua evolução, níveis de fortuna, etc. Talvez uma outra história do País Duriense que não se confine ao lugar comum, isto é, habitual, quando nos aproximamos da paisagem do Douro. Imagens frequentemente associadas com as lendas da enorme prosperidade, dos palácios encantados, dos pastores feitos príncipes, dos solares magestáticos, dos serões, da ostentação roçagante. Porque se isso existiu em parte — mais, porém, a montante que a juzante da produção — se os grandes aproveitadores existiram — ainda que mais frequentemente fora do que «dentro do país duriense» — a realidade não se confina a essa margem de manifestações. E aqueles que já mais demoradamente têm estudado o país duriense vêm apontando, com pertinência, o outro reverso da medalha. Existe, de facto, uma outra realidade. Nem sequer o surto demográfico que tem sido atribuído em termos espectaculares, a partir da assinatura do Tratado dos Vinhos em 1703 — é já hoje sustentável<sup>13</sup>. É certo, é inegável que o Porto e Gaia deveram o seu rápido e talvez mais precoce crescimento demográfico ao comércio dos vinhos durienses e ao seu fabrico. A sua prosperidade principal aos mesmos.

---

<sup>13</sup> Guerra Terreiro, ob cit. I, 276.

Parte do seu ornamento mais monumental, tal como o engrossamento da sua burguesia mercantil à mesma fonte de rendimento. É também verdade que a população duriense cresceu no decurso do século XVIII, quando a economia dos vinhos atingiu fases da maior prosperidade. Todavia, nunca podemos esquecer que, com maior ou menor discrepância cronológica, outras cidades e rincões apresentam movimentos similares, sem que por aí pairasse o cheiro dos mostos. É nessas linhas profundas de comportamento que o fenómeno portuense e duriense precisa, em grande parte, de ser referenciado, quadrando aí, naturalmente, o efeito decisivo e despoletador ou empolador dos vinhos e do seu comércio. Os efeitos provocados foram multiformes. E não convém que em demasia se carregue ou sublinhe apenas uma das facetas, por nela se terem feito mais patentes os efeitos espectaculares, ainda que por vezes relevantes. O envolvimento neste negócio por parte de determinados — mas bem definidos grupos — deu-lhes uma projecção e destaque demasiado visível e notório. Mas não é tudo. Demos a palavra a um dos mais profundos conhecedores do Douro:

«Pobre Douro... Sobre ele abateu-se primeiro a inépcia governativa; depois a ganância do comércio que esse, sim, realizou em todo o tempo fortunas enormes com o Vinho do Porto; depois quando o Douro, adormecido, se supunha ao abrigo dessa ganância, desabava sobre ele a infidelidade gananciosa do próprio organismo encarregado de velar pela prosperidade duriense; por fim a esperteza da nossa política central havia de fazer da eterna questão do Douro, motivo exclusivo de subida aos degraus mais elevados da pingue escadaria parlamentar!...

À custa do Vinho do Porto vivia e prosperava o ramo comercial mais lucrativo, mais sólido e estável de Portugal; um aluvião de deputados e funcionários da Companhia de então; um comércio importador — o inglês — onde este produto pesava consideravelmente, não obstante constituir esse comércio o maior e mais rico centro das transacções mundiais; o próprio Estado inglês colhia do Vinho do Porto um rendimento importante... a região produtora, porém, vivia bem modestamente, pode dizer-se mesmo — pobrementemente»<sup>14</sup>.

É certo que outro tipo de estudos tem surgido, sobretudo de carácter geográfico, técnico, não enquadrável naquelas duas correntes. A produção mais recente não tem ainda conseguido sair grandemente destes parâmetros, salvo uma ou outra excepção. Quer dizer, continua a faltarmos verdadeiramente um estudo crítico, a partir das realidades concretas,

---

<sup>14</sup> Guerra Terreiro. *Douro. Esboços para a sua história. económica.* in «Anais do Instituto do Vinho do Porto». Porto, 1942. 2.º vol. p. 70/71.

ainda que pequenas, apurando criteriosamente os dados numéricos e qualitativos, das fontes descomprometidas, das pequenas contabilidades, das informações «não oficiais». Uma história global, que não deixe de parte a paisagem humana duriense, que frequentemente se esconde para além dos números e volumes de exportação que saem pela boca do Douro. Desses homens que, portas adentro dos seus solares — os mais afortunados — ainda que uma minoria dirigem mais ou menos directamente as suas explorações ainda que a maioria seja, de facto, absentista. Dos que labutam, a partir dos pequenos casebres, ora colmaços ora, menos frequentemente, telhados e sobradados, normalmente de duas aberturas, olhando o nascente e o poente, ou ainda o Sul; desse médio e pequeno produtor, que constitui a paisagem mais numerosa do Douro Vinícola, e aonde, em boa verdade, pelo menos em certos períodos, residiu o segredo da mais volumosa e até genuína produção. Ainda aquela outra componente de assalariados, ou autóctones ou vindos de fora — em particular das terras da Galiza — anichando-se por córregos, celeiros, adegas e até currais... Esta gente que a braço, espartanamente alimentada (a pão de centeio e milho; a sardinha, a azeitona — e naturalmente do vinho que laborava), ergueu pedra a pedra esse imenso anfiteatro, essa imensa escadaria onde em breve foram roxeando ou dourando as uvas e, depois, escorrendo o seu precioso néctar. Esta mole humana que junta ao pequeno e médio produtor constituiu a esmagadora maioria populacional do Douro vinhateiro e cuja história está também, na realidade, por conhecer e tratar. A par inevitavelmente dos grandes lucRADORES: os comerciantes e entre estes sobretudo os ingleses. Foram estes, de facto, os que a partir dos inícios do século XVIII mais rapidamente e em força se assenhoraram do trato (dado o mercado ser preferentemente inglês). E mesmo no período pombalino, sob concessão da Companhia, nunca eles vieram a perder o seu quinhão. Também alguns comerciantes portugueses. Depois o governo de Londres cujos réditos auferidos sobre os vinhos, foram sempre, sem dúvida, de monta. O governo de Lisboa, pelos direitos também cobrados e o próprio município portuense. Finalmente os produtores e dentro deles, em primeiro lugar, os grandes produtores da região, casas religiosas etc., os quais sendo embora minoria ou por causa disso mesmo, foram os que mais directamente beneficiaram nas áreas da produção. O enriquecimento e o embelezamento das suas moradias, ao longo dos séculos XVIII e XIX é o testemunho que se conhece, e o mais correntemente invocado como marca e selo de uma prosperidade generalizada e pródiga.

Todavia, para além de tudo isso devemos tomar em consideração os movimentos profundos de média e longa duração, quer no sector da produção quer da comercialização, quer dos comportamentos

demográficos. Eles, na verdade, transcendem e explicam de modo particularmente elucidativo esses fenómenos por mais relevantes que sejam.

O caso do crescimento demográfico, tanto do vale como da cidade do Porto, e Gaia é paradigmático. Por aquilo que se conhece a recomposição demográfica do país inicia-se a partir do segundo quarto do século<sup>15</sup>. Todavia, em alguns lados anticipa-se bastante. Em alguns locais de Entre Douro e Minho a partir de 1715 que se iniciam os sinais de reconversão<sup>16</sup>. O Douro não ia constituir excepção. A vinha e os tratos do vinho (no Porto) ajudaram, sem dúvida, dando-lhes ou emprestando-lhes certamente outro dinamismo, quiçá alguma precocidade. Mas há movimentos profundos que lhes subjazem. Aventamos, como hipótese de trabalho, de o mesmo ter sucedido na produção com efeitos inevitáveis (pelo menos nestes momentos iniciais) a transmitir-se nos volumes de exportação.

Há, pois, novidades ou realidades, ainda que às vezes pouco sensíveis (por desconhecidas) que têm de conhecer-se prévia ou simultaneamente. Por outro lado — e ainda que isso abra a porta a outro tipo de questões — os volumes de produção (e vamos aceitar agora total correspondência produção-exportação) — e quando a exportação produzia as maiores fortunas — eles foram obtidos durante muito tempo — não à custa de inovações técnicas que melhorassem os índices de rendimento por unidade, mas à custa do alargamento das áreas de cultivo e concentração de mão de obra (algumas vezes como referimos, injectada do exterior). Factos que nada trouxeram em termos de inovação e revolução técnica, que uma concentração (notável pode dizer-se) de capital poderia ter proporcionado. Esses efeitos só muito tardiamente se fizeram sentir (segunda metade do século XIX). E dada a importância e extensão da cultura pode dizer-se que até muito timidamente. O aparecimento de um espírito capitalista, por parte do proprietário, — como generalidade, igualmente é tardio e tímido. Aquele primeiro factor — presença mobilizada de um mercado — mercê de estrangulamentos vários e levou tempo (demasiado) a produzir os seus efeitos. A imagem e a impressão geral que se colhe do país duriense é, mais frequentemente, a de uma região, mais afim, submersa ou sujeita a um ciclo colonial, do que uma região, desde cedo embrenhada em esquemas de desenvolvimento e evolução capitalista, de carácter endógeno.

Os grandes momentos da história portuense e dos seus vinhos, está indelevelmente marcada pelo sucesso ou insucesso da corrente

---

<sup>15</sup> A. H. de Oliveira Marques. *História de Portugal*. Agora, 1972. Vol. I 515.

<sup>16</sup> Aurélio de Oliveira, *Demografia e Praços no Vale do Cávado* (a publicar brevemente).



exportadora. Esta, indelevelmente determinada por factores exógenos que directa ou indirectamente a influenciaram ou regulamentaram. Períodos, por seu turno, referenciáveis ao maior ou menor poder interventor do governo central. A determinação desses períodos é, por isso, feita a partir desses marcos. Divergem porém, os critérios e, assim, a História do Porto/Gaia e dos seus Vinhos pode aparecer-nos de autor para autor diferentemente periodizada:

Período pré-Methewn: período ou Ciclo de Methewn; período pré-pombalino; Pombalino; pós-pombalino; período Absolutista; período Liberal; período Corporativista, etc. A partir desses marcos se tem estudado, pois, preferentemente, a realidade vinícola e a História do Comércio portuense.

Se bem que numa cultura fundamentalmente muito dependente do sector do mercado a realidade comercial tenha de ser considerada com relevo, ele não pode traduzir — nem traduz toda a realidade — antes, por vezes, a falseia.

Não pode pôr-se de lado ou esquecer os ritmos próprios e efectivos da produção que urge conhecer. Ainda que os índices comerciais sejam preciosos para uma aproximação à produção vinícola, a fiabilidade dos mesmos pode não ser exacta. É que o Vinho — ao contrário — por exemplo, de outros géneros agrícolas como os cereais ou as frutas, pode aparecer no mercado sem ser produzido pela Natureza! Por outro lado, quando pretendemos contabilizar volumes de áreas demarcadas, e atribuir-lhes validade absoluta surge o mesmo problema que põe em questão a validade dos mesmos: A introdução de áreas limítrofes altera-nos, também, por completo, a imagem verdadeira da entidade que pretendemos observar. E já não se fala na simples «stockagem» quer no agricultor quer no armazém do comerciante donde sai para exportação. Factores adulterantes também, por vezes de monta. Todas estas situações aconteceram na História Duriense. As duas primeiras com efeitos bem diversos e contraditórios: engorda possível do sector do comércio quando a exportação se mantém ou sobe sem a consequente contrapartida da produção natural (caso atestado pelo menos a curto termo) e miséria consequente do sector produtor. O inverso também pode ser verdadeiro e aconteceu: contracção da exportação, sobre volumes crescentes da produção. Situação de igual aflição para o agricultor enquanto o comércio especula e pode realizar naturalmente os seus lucros. Situações que se repetiram frequentemente na História dos Vinhos Durienses. O exemplo mais paradigmático é o que cobre quase toda a segunda metade do século XIX: na era das epidemias vinícolas que devastam o Douro a partir de

1851: as colheitas descem freqüentemente a menos de metade: Todavia nunca tanto vinho saiu pela Barra do Douro como nesse período! Poderiam dizer os comerciantes (e alguns proprietários) que se tratava duma segunda versão do milagre dos pães (desta feita, com os vinhos)! Os efeitos económicos e sociais repartiram-se, por isso, e mais uma vez, muito desigualmente: «Essa terrível praga levou aí a fome e a miséria, famílias que tinham vivido na abundância viram os filhos a britar pedra nas estradas»<sup>17</sup>.

Diria Ramalho: «Todos os que não estão mortos, estão arruinados»<sup>18</sup>. Todavia alguns exportadores, ou proprietários-exportadores, engrossam, adquirem propriedades ou alargam as já existentes. E não se negará que é um período de prosperidade monumental para as cidades terminais.

Comércio e Produção, são aqui duas realidades que na História do Vinho do Porto nem sempre coincidiram. Há elementos bastantes que apontam para essa dicotomia. E a realidade profunda que parece desprender-se para o largo período dessa História é, a partir de determinada altura, ou em certas ocasiões, a presença de uma realidade forjada a partir de fora e freqüentemente também a imagem de um ciclo de tipo colonial que a extensão e a mono-cultura mais acentuaram e onde as crescentes quantidades disponíveis se não obtiveram, até tempos muito recentes, por melhorias técnicas introduzidas e melhorados índices de rendimento por unidade mas, fundamentalmente por volumes acrescidos de mão de obra nela investidos. Factos que mais que geradores de desenvolvimento se concretizaram em verdadeiros ciclos de esgotamento.

Os estudiosos que ao assunto se têm dedicado, costumam balizar a história do país vinhateiro do Douro, da seguinte forma: Começo do ciclo do Vinho do Porto com a primeira exportação para Inglaterra registada nos livros da Alfândega em 1678. Para os tempos anteriores juntam-se referências a vinhos e exportações, de quantificação incerta, e de modo algum sistemática. A proveniência e a localização no Vale é também mais freqüentemente incerta, ainda que Lamego seja a área mais insistentemente referida. A base de informação, são preferentemente descrições ou apontamentos de viagem, sem dados numéricos seguros ou sistemáticos.

A «sorte» do País Duriense ter-se-ia ficado ainda a dever (a partir de 1678) à «descoberta» que os ingleses fizeram desses vinhos. Depois, sem dúvida, com a generosa facilidade oferecida em 1703 pelo mercador de panos João Methwen! Oportunidades que imediatamente fizeram

---

<sup>17</sup> A. Moreira da Fonseca (e outros). *O Vinho do Porto*. J.V.P. 1981. 42.

<sup>18</sup> Ramalho Ortigão. *As Farpas*. Edição Integral. Obras Completas de Clássica Editora. Lisboa 1948. Tomo I, p. 137.

subir o Douro para níveis de bem-estar e prosperidade nunca antes conhecidos! Antes que sigamos a história dos vinhos (a partir, como se disse, principalmente dos volumes de exportação<sup>19</sup>, desde 1678-1703 e daí em diante, detenhamo-nos rapidamente em duas ou três considerações prévias.

Pode dizer-se hoje que nem uma nem outra destas versões são verdadeiras. Com efeito, os dados para já disponíveis e ainda que escassos, apontam para a existência de um grande e próspero Ciclo Vinhateiro no Douro durante a primeira metade do século XVII\*.

Referências particularmente explícitas nos apontam a existência de bons vinhos, na parte superior do Douro e em volumes já consideráveis desde meados e finais do século XVI<sup>20</sup>. Quanto a nós a expansão da produção ter-se-á dado seguramente na primeira metade do século XVII, com uma fase particularmente feliz a partir de 1610/14. Os indícios que se conhecem — apontam para um alastramento considerável da cultura nas terras de Cima Douro originando um comércio igualmente activo.

A cultura assume já então uma feição particularmente extensiva nas terras durienses. A par, aliás, do que a Norte do Douro, sucede particularmente em Monção e até na zona central do Minho: terras de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Basto. Mas a mais importante respeita, de facto, ao Vale do Douro. As áreas de extracção vão de Chaves e Vila Real na margem direita, às terras de Lamego, na margem esquerda.

Os dados numéricos que se possuem, estão ainda em tratamento<sup>21</sup>, mas desde já indiciam um ciclo de exportação particularmente volumoso entre 1609 e 1638.

---

<sup>19</sup> É evidente que há muitas outras referências anteriores. Não, porém, com a relevância com que estas se revestem.

Factor que em primeira instância tem balizado essa história.

As crises e surtos têm de facto sido determinadas a partir daí essencialmente. A prová-lo aí estão, por exemplo, os pontos-chave marcados pelos tratados de comércio ou convenções alfandegárias.

Mais que o andamento natural da produção estes elementos exógenos constituem as etapas fundamentais do País Vinhateiro.

\* Vide infra nota 37.

<sup>20</sup> Para o século XVI, vide Rui Fernandes, *Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego*, in «Colecção de Inéditos de História Portuguesa. Lisboa, 1824. T. V p. 546-613.

<sup>21</sup> *Livros de Imposição dos Vinhos* do Gabinete de História da cidade do Porto (que desde há anos se vem compulsando para este período e subsequentes). Francisco Ribeiro da Silva, deles se ocuparia (entre 1580-1640) na sua Tese de Doutoramento apresentada em 1985 (*O Porto e o seu termo 1580-1640. Os Homens. As Instituições e o Poder*. 2 Vols. dact. Porto. 1985. Vol. I. p. 146-191. Trabalho mais recentemente

Desde 1610 que há saídas consideráveis (e muito dele de contrabando) para fora do reino: para o Brasil e para outros destinos, sendo Lisboa, no mercado interno, um grande posto de recepção<sup>22</sup>. O mesmo se diga para 1612 e nos anos subsequentes até à década de Vinte.

Naquele ano a profissão dos tanoeiros — ligados à exportação — era das mais importantes e numerosas entre os demais ofícios da cidade. Os carrejões do Douro são também numerosos (os barqueiros)<sup>23</sup>. Por 1620 era grande o número dos vinhos que saía a barra e muitos deles de contrabando seguindo directamente à Ribeira do Ouro e S. João da Foz, ou descarregando-se antes de entrarem os muros da cidade<sup>24</sup>. Em 1622 acentua-se de modo particular essa saída, fazendo, inclusivé, subir o preço dos vinhos na cidade. E por 1626 as entradas no Porto terão subido já a cerca de 20.000 pipas. Estaremos nesta altura em cima de uma situação próspera! A Câmara confessa o grande volume de dinheiros envolvidos na transacção dos vinhos na cidade<sup>25</sup>, (1625).

Nacionais, sem dúvida, mas a maioria já essencialmente estrangeiros<sup>26</sup>.

Mercadores não certamente dedicados em exclusivo aos vinhos. Seria até prematuro pensá-lo. Certo é, porém — e o testemunho é explícito — que tinham já nos vinhos grossos interesses com quantias vultuosas neles investidas. Em 1626, são inúmeras as pessoas que assinam uma petição para que se acabem os «cutelos» dos vinhos com que alguns se faziam privilegiados<sup>27</sup>. E em 1628 vemos dois vilarealenses José Rodrigues Barbosa e Manuel Rodrigues Barbosa a pretenderem vender 40 pipas de vinho. A ser de lavra própria — como se presume, é

---

editado pela Câmara Municipal do Porto em «Documentos e Memórias para a História do Porto». XLVI. 2 vols. Arquivo Histórico. C. M. Porto. 1988. (cf. vol. I p. 136-183. Aí, faz (para o período um estudo) uma análise, praticamente exaustiva desta importantíssima fonte documental.

<sup>22</sup> Gab. Hist. Cid. Porto. Liv. Vereações n.º 39 p. 21v-22; 73v-74; 240v-241; 242-242v; N.º 47 p. 183.

<sup>23</sup> Idem. Liv. N.º 39 p. 142-143. Nesse ano se restringe aos barqueiros que vão a Cima do Douro, o uso dos vasilhames, que estavam a ser usados por toda a gente.

Idem. Liv. Liv. n.º 51 p. 47v.

<sup>24</sup> Idem. N.º 39 p. 242-242v. N.º 43 p. 86; N.º 46 p. 52-54; 170; 334v; N.º 58 p. 217-217v. N.º 61 p. 440-441. N.º 52 p. 194v.

<sup>25</sup> Idem. N.º 44 p. 48; N.º 58 p. 217; N.º 43 p. 261v-262.

Idem. N.º 54 p. 276. Em Junho os direitos cobrados para Sua Magestade subiam já a 600 pipas na cidade e Vila Nova! (Idem. 54 p. 70v).

<sup>26</sup> Idem Liv. n.º 54, p. 271.

<sup>27</sup> Idem Liv. n.º 46, p. 73.

já quantidade considerável, a denotar amplas explorações<sup>28</sup>. Por 1635 o negócio estava ainda próspero e pelo rio abaixo desciam «grandes carregações» de vinhos que saíam em grosso<sup>29</sup>.

Esse número de comerciantes nacionais e estrangeiros engrossara — e alguns «cidadãos» do Porto, andavam envolvidos no trato em 1644, comprando e vendendo, como sendo de sua lavra: «Que se não consentisse haver cutelos... porque não resulta delles senão damno porque a sombra delles vendem outros muitos que la comprão em sima de Douro como poderozos e riquos e não obedecem às posturas desta Camara nem às justiças de Sua Magestade»<sup>30</sup>. O número de mercadores estrangeiros afluirá ainda mais após 1640 (em concorrência por vezes pouco leal com os nacionais)<sup>31</sup>. Logo em 1648 confessa a Vereação serem eles não só numerosos, como terem já na sua mão a maior parte do trato da cidade<sup>32</sup>. Alguns juntam-se a outros cidadãos de vulto da cidade (inclusive vereadores) e adquirem terras de vinho no Alto Douro, pois era manifesto, se anota em 1647, que «os mais dos cidadãos e moradores della tinham muitas vinhas cõ foros naquelle destritto (Lamego)<sup>33</sup>. Outros possuíam quintas ou herdades que ora grangeavam directamente ora por feitores e rendeiros<sup>34</sup>. Eram pessoas poderosas que abusavam dos seus privilégios e influências «sem auer quem lhes ouza ir a mão porque são ureadores hũ año hũs e outro año outros e elles fazem os almotaseis que querem de sua faução que não lhes uezitão as logeas»<sup>35</sup>. Chega-se já mesmo à arrematação dos vinhos antes da colheita!<sup>36</sup>.

Por 1647, calculava-se a entrada de vinhos de Cima Douro em cerca de 20.000 pipas (umas 17.000 para 1648!) e conjuntamente com os verdes entre 43.000/32.000 pipas!<sup>37</sup> Volumes enormes — segundo pensamos — para esta altura, quando tudo indica estarmos já numa fase de crise e de recessão<sup>38</sup>.

---

<sup>28</sup> Idem. P. 334v; Liv. 49 (para 1642) p. 99; (para 1644; p. 322).

<sup>29</sup> Idem. N.º 49 p. 183.

<sup>30</sup> Idem. N.º 49 p. 335; Cf. também p. 108.

<sup>31</sup> Idem. N.º 49 p. 108.

<sup>32</sup> Idem. N.º 51 p. 158v-160.

<sup>33</sup> Idem. N.º 51 p. 90v-91.

<sup>34</sup> Idem. N.º 49 p. 337v; N.º 54 p. 111v.

<sup>35</sup> Idem. N.º 51 p. 171 e seg.

<sup>36</sup> Idem. N.º 50 p. 233.

<sup>37</sup> Aurélio de Oliveira, *Vinhos de Cima Douro. A primeira Grande Questão Vinícola do Douro*. Gaia. 1984. p. 219-220.

<sup>38</sup> Aurélio de Oliveira, *Abadia de Tibães, 1630/80 — 1813. Propriedade, exploração e produção agrícola do Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Vol. II. Porto. 1979.

A extensão dos vinhedos — atendendo a um tempo conveniente de crescimento — deve ter-se assim essencialmente operado nos anos anteriores a 1640<sup>39</sup>. A vinha ocupara, entretanto áreas importantes nas partes de Cima-Douro em toda a primeira metade do século, criando dependências alargadas em vastas áreas populacionais. A maioria, se não já a quase totalidade de algumas terras passou a viver na dependência directa e total dos vinhos. Os das terras de Lamego, Vila Real, Meção Frio, Valdigem, Penaguião, e «outros de Cima Douro» queixam-se ao Monarca em 1647/1648 de que «não têm outros recursos senão os vinhos». Uma rede de comércio se estabelecera na sua dependência sendo notório «tantos povos (da região) não terem outras fazendas nem tratos senão de vinhos»<sup>40</sup>. Por essa altura aparecem-nos já lavradores com explorações que devemos considerar extensas: em 1653 Rui Vaz De Mello, de S. Faustino da Regoa, recolhe da sua exploração nesse ano nada menos que 78 pipas! Outros meia centena e mais<sup>41</sup>. A insistência das reclamações apresentadas ao Monarca, particularmente naqueles anos, deixam antever com clarividência a grande extensão que a vinha tomara, tendo-se transformado, em algumas áreas, numa quase monocultura. O trato era intenso, e também lucrativo a tal ponto de já, nessa altura, se verificar a introdução de vinhos doutra proveniência, fazendo-os passar, depois, como sendo do Douro para mais fácil entrada no Porto e consequente exportação<sup>42</sup>.

O volume de interesses criados, e a dependência estabelecida nas populações foi de tal ordem que em 1647/48, surgiu mesmo um grave conflito, entre os produtores de Cima Douro (associados em parte a alguns da cidade) e a edilidade portuense — a quando de exigências fiscais impostas pelo Monarca. Conflito que desde 1643 se vinha arrastando e só terminava em 1648, com a directa intervenção do Monarca! Conflito que irá reaparecer novamente em 1653, por motivos idênticos, mas onde o papel e o interesse dos mercadores é muito mais claro e evidente<sup>43</sup>. De facto, são eles já a comandar a situação nesta altura.

Quanto à «descoberta» do tipo Vinho do Porto em 1678, (feita também pelos ingleses) creio poder-se afirmar, que essa «novidade» era velha já no Porto de mais de quarto de século pelo menos! Com efeito, pela primeira vez pudemos surpreender nas Actas de Vereação — em

---

<sup>39</sup> Aurélio de Oliveira, *Vinhos de Cima Douro*, ed. cit. P. 222.

<sup>40</sup> Idem. Liv. n.º 51 p. 169v.

<sup>41</sup> Idem. N.º 54 p. 111v; (Ainda N.º 50 p. 19).

<sup>42</sup> Idem. N.º 57 p. 135-137.

<sup>43</sup> Aurélio de Oliveira, *Vinhos de Cima Douro*, ed. cit. 229-230.

1652 — que várias pessoas se queixavam de os vinhos não serem naturais, estabelecendo-se concorrência desleal. Refere-se explicitamente às «falsificações» às «misturas» para «calibrarem» os vinhos «afim de interessarem mais». «Falsear dos vinhos que faziam os mercadores»<sup>44</sup>. Primeira referência escrita, explícita segundo creio, à «calibragem» dos vinhos no Porto e por mão de mercadores do Porto e Gaia! fazendo surgir assim um novo tipo de vinhos «para interessarem mais»<sup>44\*</sup>. É evidente que comerciantes e mercadores nacionais e estrangeiros de várias origens e proveniência entre eles os ingleses — comerciavam, depois, com esses vinhos «calibrados»!<sup>45</sup> E no Porto, nem sequer eram estes os que mais procuravam tais vinhos, (Por que diabo se foram eles estabelecer em Viana e Caminha quando procuravam os vinhos nacionais (antes que no Porto tivessem feito o mesmo para «iniciarem» as exportações)?

O ano de 1678 referirá, tão só, assim o cremos, o início do registo sistemático, e nem possivelmente de todo o vinho saído! A Câmara queixa-se, várias vezes, de os mercadores ou os respectivos cônsules não virem à Câmara darem nota das mercadorias — com o fim evidente de fugirem aos encargos e, sobretudo, se negarem às Terças. Várias vezes o fez e só a partir de 1673 é que começa a ser mais ou menos obedecida. A insistência é uma prova clara, do não cumprimento da norma, e a falta do registo, na ocorrência, não significa ausência de exportação que, como verificamos, se fazia, e em volumes consideráveis. A partir de 1678, dispor-se-á de um registo, precioso, por sistemático, que permitiu a partir

---

<sup>44\*</sup> À data que isto escrevíamos (1983 em «*Vinhos de Cima Douro*» — *A primeira grande questão vinícola do Douro*) apresentado no Colóquio «Jornadas de História Local e Regional de Vila Nova de Gaia». (Actas publicadas em «GAIA» vol. II, 1984), dispúnhamos apenas dos dados recolhidos nos Livros dos Acordãos da Câmara do Porto (que aliás, sistematicamente levantáramos entre 1600-1820). F. Ribeiro da Silva, na obra referida, compulsando outras fontes, fez recuar ainda mais esses processos, exactamente para 1587, encontrando ainda outras iguais referências para anos subsequentes, (década de noventa, e primeiro quarto de século XVII). Deve referir-se, porém, que a mistura com os vinhos verdes nada tem a ver com este processo, (de melhorar os maduros) mas sim os verdes (que vinham doutras regiões, por aí passavam ou eram vendidos). A misturas que tinham a ver com a «melhoria» do maduro propriamente dito, para «interessarem mais», só podiam ser feitas ou com aguardente ou com vinhos generosos velhos. É a essa «calibragem» que nos referimos. Está já em uso em 1626 (o que aquele autor seguramente documenta nesse ano referindo «essas calibragens») e são já praticados certamente também desde o último quarto de séc. XVI. (Cf. Francisco Ribeiro da Silva, ob. cit. ed. 1988, I, 164--165).

<sup>44</sup> Idem. Liv. n.º 53 p. 272v.

<sup>45</sup> Idem. Liv. n.º 59 p. 191v.

de então, seguir com maior aproximação os volumes de exportação para Inglaterra. Mas é indubitável, que saía vinho, ou melhor, continuava a sair com outros destinos, inclusivé.

Os tempos que seguem, são depois, conhecidos, graças a esse registo sistemático. O elemento aferidor por excelência passará a ser a exportação, embora se continue, de facto, a ignorar a situação sobre o terreno, da cultura da vinha — a qual, aliás, no nosso entender, explicará em primeiro grau, por exemplo, a modelação da exportação durante todo o primeiro quarto do século XVII. Alguns comportamentos similares, de regiões próximas ou afins, poderão ajudar-nos bastante — para já — na determinação dos movimentos da produção até cerca de 1820-1830<sup>46</sup>. Movimentos que urge estudar e conhecer em contraponto com os registos de exportação.

Sigamos. porém, entretanto a evolução do país vinhateiro através dos registos de exportação (para Inglaterra) após 1678.

Daí a 1703, altura do Tratado de Methwen, estamos perante um quarto de século decisivo, de facto, para a sorte dos vinhos. Podemos dizer, que foi nesse período pré-Methwen que se vieram a estabelecer as condições definitivas, sem as quais, aliás, em parte se não explicará o mesmo tratado. Aliás, seria conveniente alargar as vistas, muito para além do país duriense, e verificar o que se passa a nível geral do reino, porque isso ajudará também a compreender a situação. Deixemos, porém, estas questões de parte, por agora, e atenhamo-nos ao Douro, a partir de 1678.

Até ao Tratado, a linha de evolução apresenta duas feições bem diversas: pequena exportação até 1687. Subida brusca nos anos seguintes, atingindo altos valores em 1692 e 1693. Daí a 1702/3 segue-se uma modelação de quebra e redução significativa das exportações. De 1692 a 1703 as somas totalizavam as 103.341 pipas. Segue-se o Tratado que terá, de imediato, conduzido ao aumento das exportações e da cultura — assim o referem os apologistas do tratado. (Todavia só a partir de 1716 se ultrapassavam os montantes de 1692/93)! As somas totalizavam para os anos de 1704 a 1715 as 104.915 pipas (isto é, volumes equivalentes aos 12 anos anteriores ao Tratado!). É indubitável, porém, que tomando como ponto de referência o ano de 1703 as exportações vão em crescimento constante até 1725 (ou mesmo 1729) se exceptuarmos uma queda brusca em 1726.

---

<sup>46</sup> Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães. 1630/80 — 1813...* ed. cit. vol. II.



A vinha galgará terrenos em toda a primeira metade do século XVIII e as exportações vão crescendo sucessivamente quando contabilizadas em médias anuais: 19.000 pipas/ano para o longo período de 1716 a 1749. (A modelação interna mostraria, porém, uma exportação derrapante ainda que em volumes elevados — desde praticamente 1729). Como conjunto é uma média notável a que se juntou normalmente um preço médio elevado: ultrapassou-se frequentemente os 60.000 réis/pipa.

É, de facto, a primeira grande fase de prosperidade do ciclo dos vinhos do Porto, engrossando comerciantes e produtores os seus cabedais, ainda que mais os primeiros que os segundos e em que os ingleses levaram, sem dúvida, a parte de leão. Sempre descontentes com quaisquer medidas restritivas aos seus movimentos, organizados em 1727 em torno da Feitoria<sup>47</sup> os seus negócios prosperaram rapidamente, fazendo naturalmente a fortuna de alguns nacionais que se lhes associaram e dos produtores de cujas lavras se vieram, nesse período, a assenhorear. Mas essa prosperidade, essa onda de euforia trouxe a subjugação quase completa do país duriense aos seus interesses. A monocultura e a existência de um quase único canal de escoamento — os ingleses e a Feitoria — e produzindo quase só para um mercado — a Inglaterra — os perigos foram grandes e acastelaram-se rapidamente no horizonte. A ganância dos altos preços levou à falsificação e adulterações de todo o género. A ânsia dos lucros fáceis cedo fez com que não fossem apenas as uvas a produzir vinho! Por 1730 são claras já as fraudes praticadas. Segue-se a especulação, a chantagem sobretudo quando os preços iniciam a derrocada. Paradoxalmente os preços em vez de subirem, caem e de modo drástico, secundando a contracção da oferta! Da média da produção (?) / exportação das 19.000 pipas/ano desce-se para as 13.000 entre 1754-56; os preços, de valores que frequentemente ultrapassavam os 60.000 reis, caem a média dos 10.000 reis! (entre 1750-55)!

É neste preciso contexto que se inicia a 2.<sup>a</sup> fase: a Pombalina.

Pombal, à semelhança do que opera noutros domínios, vai intervir no Douro. E fá-lo ao jeito que lhe é peculiar: de modo drástico e decisivo, não com o intuito de agradar a gregos e troianos (não era homem nem político de meias tintas). Agirá com tripla finatidade: disciplinar a produção, regulamentar a comercialização, meter mão na própria distribuição do produto. Uma Companhia monopolista foi criada para o sector em Setembro de 1756 — A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

---

<sup>47</sup> Feitoria que eles alegam instituída já em 1707.

A tal iniciativa não são estranhos, aliás, também alguns interesses dos sectores vinhateiros durienses. São conhecidas as movimentações quer de Frei João de Mansilha, quer de Bartolomeu Pancorvo, quer de Beleza de Andrade e outros, como Pacheco Pereira, Correia de Lacerda, Pereira Sampaio. Todos eles, pelo geral, mais produtores que comerciantes (Beleza de Andrade creditava-se com duzentas pipas de produção em 1756!). Mas havia mais: José Pinto da Cunha, José Monteiro de Carvalho, Álvares de Brito, Magalhães Coutinho, Araújo Freire de Sousa e Veiga, Rodrigues Braga, Francisco João de Carvalho, Domingos José Nogueira, Martins da Luz, Barbosa dos Santos Moura Coutinho, todos eles indigitados para a primeira Mesa Dirigente da Companhia, como Borges da Veiga, Teixeira de Morais, etc. Enfim, e sem dúvida «dos principais lavradores de Cima do Douro e homens bons da Cidade do Porto» (a um tempo comerciantes e comerciantes-produtores). Ao que consta terá saído deles também um «Plano para a formação de uma Companhia» a apresentar a D. José, e que pusesse cobro aos descabros que tinham atingido todos os sectores do vinho, no Douro e no Porto<sup>48</sup>.

De cerca de meia centena de itens reguladores, sobressaem os básicos e fundamentais: estabelece-se um preço de garantia; determinam-se as quantidades transacionáveis consoante os mercados; delimita-se a área de produção — (1.ª demarcação). (Como condição da garantia da qualidade). Possibilidade de acesso aos capitais da Companhia mediante a subscrição de acções (de 400.000 réis cada, podendo 200.000 réis ser subscritos em vinhos).

Para além de todas as objecções que se possam levantar, é indubitável que o País Duriense e o comércio de vinhos (e sua reputação) se recompuseram à raiz destas medidas. O preço de garantia passou dos arbitrários e inseguros 10.000 réis para a média dos 25.000/30.000 réis (e até mais. A 36.000 se chegaram a cotar alguns). Os caudais de exportação subiram também. Da média das 13.000 pipas passar-se-á às 20.000 para o período que decorrerá até 1777. Sempre porém, numa modelação de crescimento constante, contrariamente ao que sucedera na primeira metade do século XVIII em que, na realidade, a média das 19.000 pipas de 1716 a 1749, vinham, de facto em declínio sucessivo desde 1728.

Iniciava-se, pois, em 1756 uma nova e decisiva etapa na História dos Vinhos do Porto e da Região Duriense. A comercialização apresentará, praticamente desde aí, um crescimento constante até atingir valores

---

<sup>48</sup> J. A. de Oliveira Soares. *Apontamentos para a História da Villa de Peso da Regoã*. 1905.

enormes sobre a viragem do século, (ainda que os volumes alcançados a partir de 1777/78 devam já ser enquadrados noutra fase). Convirá, porém, referir que este período pombalino não é um período homogénio: de 1756 — ano em que se registaram os níveis mais baixos desde 1715 (salvo os anos de 1726 e 1745 — e o quadriénio de 1754-57 — em que — como sequência de anos maus — como se não conheçera outros), caminhar-se-á para uma recuperação, poderá dizer-se espectacular, até atingir os níveis mais altos em 1762. Segue-se um período de contracção que cobrirá os anos de 1763-65 para, a partir de então, se entrar num crescimento constante até 1777, praticamente prosseguido no mesmo ritmo até 1780. É notório, porém, que a partir daí — o ano de 1779 inicia essa série — até 1786, os volumes de exportação caem, quebrando em parte o ritmo ascensional que ininterruptamente vinham apresentando desde 1765. Estamos, porém, fora já da administração pombalina, a qual constituiu — a nosso ver — um caso típico de crescimento controlado.

É corrente, por vezes, incluir os anos pós-pombalinos (de 1777 a 1810) na mesma fase pombalina sobretudo quando perspectivados no processo desencadeado por Pombal. Quanto ao restante, porém, a realidade é bem diversa. De 1777 a 1810 (e daí até 1821-22) as condições políticas e de mercado, alteraram-se por completo. A «Viradeira» atingiu todos os domínios e ao agente regulador que era a Companhia, além de atacada nos seus fundamentos, faltará o suporte do poder necessário. À semelhança do que acontece noutros sectores a grande urgência e a grande energia, parecem essencialmente postas ao serviço de fazer desaparecer e apagar a presença do Marquês. A política e o monopólio da Companhia são postos em causa, o seu papel atacado e denegrido. Irá, por isso, ver cerceados alguns dos seus privilégios. A colónia inglesa assenta, então, toda a sua bateria contra o papel malfazejo da Companhia, conseguindo, em parte, os seus intentos. Após um primeiro passo de quebra nas exportações (1779-86) parte-se para um surto espectacular até 1801 (e daí a 1810 ainda que em médias menores, mas em volumes igualmente muito elevados). Assistira-se à liberalização, após 1777, quer do plantio (em 1788 procede-se a nova demarcação muito mais generosa que a pombalina, que alarga consideravelmente as áreas de cultura) quer também do comércio. Finalmente, uma conjuntura externa extremamente favorável, (para o que muito concorrera o saneamento e consolidação do mercado inglês no período pombalino). Guerra Terreiro chama a este período (1777-1810) o do verdadeiro reinado do vinho do Porto na Inglaterra<sup>49</sup>. Também para a vertente portuguesa poderá ser verdade.

---

<sup>49</sup> Ob. cit. p. 159.

Podemos dizer, tratar-se da fase mais espectacular dos vinhos — do seu comércio. A média de exportação fixou-se nesses longos 32 anos em cerca de 40.000 pipas/ano! (com preços praticamente sempre compensadores). Esta nova onda de prosperidade trazia praticamente no seu seio os mesmos males da primeira. Esta fase de crescimento descontrolado — que bem o podemos assim denominar face ao período anterior, — levou, por isso, também a adulterações e falsificações que vieram a pôr em causa a reputação dos vinhos. A alteração da situação externa quanto a mercados e conjuntura política vieram dar o golpe de misericórdia nesta euforia duriense, quando em 1810 se celebra um novo tratado «de paz e amizade com a Inglaterra». Deveria acrescentar-se, porém, e mais uma vez, que o sector que mais frequentemente lucrou foi o comercial e os negociantes ingleses os que continuaram levando a melhor fatia: «também não será ocioso trazer à memória que as enormíssimas fortunas dos negociantes britânicos no Porto, datam do estabelecimento da companhia e que depois de 1758 começaram a edificar esses sumptuosos e vastos edifícios que lhes servem de armazéns e depósitos»<sup>50</sup>. É um período também em que o Porto se ornamenta e embeleza urbanisticamente. Desigualmente, mas os efeitos faziam-se sentir!

Foram então os vinhos (juntamente com os produtos coloniais que deram a Portugal alguns saldos positivos na sua Balança de Comércio, particularmente com a Inglaterra entre 1801 e 1810, com situações já muito favoráveis desde a década de noventa<sup>51</sup>. Não se resiste, contudo e mais uma vez, a sublinhar a prosperidade aparente ou contraditória de semelhante situação. Mesmo em termos reais, referem alguns testemunhos insuspeitos. Para esses saldos «favoráveis» não entrava o cálculo da prata, do ouro que diamantes eram secretamente levados para Inglaterra — que representavam somas enormes — além de o grosso do comércio se continuar a fazer, na esmagadora maioria por embarcações inglesas!)<sup>52</sup>.

Um novo tratado em 1810 veio a ter efeitos decisivos sobre os vinhos — a nossa principal exportação. A partir daí iniciar-se-á (ou melhor, acentuar-se-á) uma longa fase de quebras na exportação de cujo ciclo só se sairá na década de oitenta. Essa longa fase cinquentenária é,

---

<sup>50</sup> *Cartas dirigidas ao Conde Grey Primeiro Ministro da Grã-Bretanha* por Guilherme Walton, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, 1832. Ed. cit. p. 94; 155.

<sup>51</sup> Aurélio de Oliveira *Mappa Historico e Politico do Reyno de Portugal* de D. José Maria de Lucena. 1795. Porto. 1974.

<sup>52</sup> *Cartas dirigidas ao Conde Grey* por Guilherme Walton. Ed. Cit. p. 94 e 155.

porém, balizada por actos de carácter administrativo, a um tempo tomados como consequência (e às vezes causas) das dificuldades que a exportação experimenta.

O Tratado com a Inglaterra, que mais escancaradamente ainda vem abrir ao comércio inglês o mercado brasileiro e metropolitano, veio a ser, de facto, um camartelo que se abateu sobre a exportação<sup>53</sup>. Todavia as culpas de uma situação difícil continuaram a ser imputadas à Companhia apesar de já consideravelmente reduzida nos seus privilégios e na sua possibilidade de acção. A colónia inglesa aproveita mais uma vez a conjuntura para assestar novos ataques. As exportações vinham-se reduzindo desde 1810 (ano em que sofreram uma queda brutal). As Cortes, atribuindo os males à Companhia restringem-lhe mais acção em 1821-22, após ter estado na eminência de ser totalmente extinta. Mesmo manietada e reduzida continuava a causar problemas. Aproveitando a feição das novas ideias liberais os ingleses voltaram à carga. De 1824, data uma nova e violenta queixa contra a debilitada Companhia. De facto, quando o Liberalismo se veio a instalar a sua irradiação verificar-se-á (na sequência desses ataques violentos). Em 1832, com a entrada dos liberais no Porto os armazéns de Gaia eram vasados para o Douro! Em 1834, atingem-se os valores mínimos de toda a exportação do século XIX (e parte do XVIII), praticamente desde 1756! Tudo isso seria mais do que suficiente para justificar a extinção. Ela verificar-se-á nesse ano de 1834!

Foi um período de degradação sucessiva do produto. Os caudais de exportação desceram (como se disse) da média das 40.000 pipas para umas 28.000 entre 1811 e 1834. Os problemas económicos e sociais daí decorrentes alastraram a toda a bacia do Douro criando um ambiente de descontentamento.

Daí em diante seguir-se-á um período de liberdade total quer no plantio, quer na exportação, de efeitos contraditórios quer num quer noutro dos sectores, com factores exógenos a actuar fortemente. Após uma melhoria momentânea que se fez sentir sobre as exportações, as dificuldades voltam a instalar-se. Período grave se sucede em que as exportações não crescem. Pelo contrário! Apesar de um aumento notável dos «stocks» e da extensão do plantio (tornado livre, como se referiu). A situação não mostra sinais de reconversão; efeitos nefastos que fariam em breve fazer suspirar por um agente Regulador. Vai daí, reabilita-se a Companhia em 1838 de modo mais incívico em 1843! Mas mesmo assim

---

<sup>53</sup> Idem.

muito longe do que se praticara no período pombalino. E com poucos efeitos práticos. Assim, os males persistiram: grandes quantidades, fraco escoamento, perda de qualidade, novas falsificações e adulterações e especulação nos preços! Para cúmulo a partir de 1851 começa o ciclo das pragas no Douro: oídio, depois a filoxera e o mildíio. As áreas de cultura são devastadas. Reduções nas áreas de cultura, às vezes de 50%. Dos lagares, porém, continuavam a sair as mesmas ou acrescidas quantidades! Era a segunda versão do milagre das Bodas de Caná no país agrícola e rural duriense! Grande parte dos males estaria, sem dúvida, na Companhia! Será por isso extinta em 1865.

Segue-se daí até 1907/8 um período de liberdade do mesmo tipo do que vigorara de 1834 a 1838/43. E asseveram alguns que a situação melhorou. E a avaliar pelos volumes crescentes de exportação a isso seremos obrigados a acreditar. Poderia juntar-se um período próspero para o comércio, com efeitos de ostentação bem patentes na própria cidade do Porto. Em boa verdade, prolongava-se a grave situação anterior com o aparecimento da filoxera e do mildíio. Uma cultura devastada, um país que era uma necrópole na afirmação de alguns, continuava a suprir a exportação em volumes crescentes como se nada tivesse acontecido: e é evidente que alguém fazia lucros possivelmente fabulosos com esta situação, embora o mercado se fosse perdendo: «de 1880 a 1890 o bom vinho no mercado inglês tornou-se raro e muito caro; do fraco, que abundava, se dizia até que provocava a gota!»<sup>54</sup>

Período de uma gravidade sem precedentes, mas interessante, porque vem claramente pôr a nú o divórcio entre produção e exportação. Realidades que se julgaria dependentes mostravam-se totalmente dissociadas. Interessante ainda nos efeitos provocados: enquanto o sector comercial resistia à crise, fazendo lucros, o sector da produção desmoronava-se criando um rosário de graves sequelas sociais. Desde 1860 a 1879, as exportações sobem para, cumulados os efeitos habituais — falsificação, quebra de preços, etc.— entrar em regressão (enquanto por sua vez o sector da lavra se recompunha das pragas por 1884)!

Três últimas fases balizam o século XX: 1907/8 — 1932/3; 1933-1974; Na primeira data se reinplanta um novo regime de regulamentação e controle devido a João Franco. Com o objectivo de disciplinar a produção, procede-se a novas demarcações, (1907/1908) criando-se também a Comissão de Viticultura da Região Duriense, como administração autónoma. Estas medidas vão produzir os seus frutos benéficos, ainda que uma situação externa favorável em termos de

---

<sup>54</sup> Guerra Tenreiro. Ob. cit. 175.

mercado, também para isso tenha contribuído, atingindo-se nos anos de 1924-25 os volumes mais elevados em toda a história da exportação, e para as quais as falsificações voltavam grandemente a contribuir criando vários problemas à produção; (106 e 111.000 pipas, com uma elevada média global para o período de cerca de 67.500 pipas — os valores mais elevados de toda a História do País Duriense. Todavia, a qualidade não correspondia às exigências do mercado. Quantidades superiores às necessidades da procura! Os preços nestas circunstâncias, naturalmente, não eram compensadores).

O Sistema Corporativo implantado desde 1926, iria sentir-se com força para intervir na tão importante actividade económica da região e do país (dado que os vinhos continuavam a representar um peso esmagador. Era um facto que cerca de 50% das exportações nacionais provinham dessa actividade). Havia, por isso, que pô-la também ao serviço do novo esquema orgânico: Medidas disciplinares são tomadas em 1932/33 quer no sector da produção quer do comércio, criando órgãos de tipo Corporativo controladores da actividade: Os produtores são enquadrados em Grémios tal como acontecerá aos exportadores. Os primeiros agrupados em Federação na Casa do Douro; os segundos reunidos no Grémio dos Exportadores do Vinho do Porto. Como intermediário, a um tempo árbitro, coordenador e fiscalizador, surge o I.V.P. em 1933 (Instituto dos Vinhos do Porto).

As quantidades disponíveis baixaram. As qualidades foram apuradas, os preços tornaram-se mais compensadores. Todavia as médias de exportação saltaram das cerca de 55.500 pipas (1933-70) para mais dos 88.300 em 1971-75. Foi este tipo organizativo e regulamentar que foi desmantelado em 1974, persistindo apenas o I.V.P. mas, ao que parece, sem grande eficácia dado o seu fraco papel interventor sendo frequentemente alvo de críticas de segmentos e sectores ligados à produção e não só. Falta efectiva de condições das quais se tem queixado. As exportações dispararam em flecha para atingirem em poucos anos mais de 132.300 pipas, como aconteceu em 1980!

